

## **ENSINO DE LÍNGUA MATERNA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL, OPERACIONALIDADE E PERSPECTIVA NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL "DJALMA FERREIRA DE SOUZA" EM CUIABÁ NO MATO GROSSO.**

Rozenil Magalhães de Arruda Macaúba Pereira <sup>1</sup>

### **Resumo:**

Neste trabalho apresentaremos os principais subsídios para a pesquisa de Políticas Públicas Educacionais a fim de analisar o ensino de língua materna na escola integral de ensino básico, empregadas em diferentes contextos, tanto social, econômico e cultural, no que tange toda a esfera educacional. Partindo do contexto geográfico onde a Escola Djalma Ferreira de Souza está inserida, podemos aferir que a grande maioria dos alunos são moradores dos bairros circunvizinhos da grande Morada da Serra. A ampliação da jornada, na modalidade de Educação Integral, auxilia as Instituições educacionais a repensarem suas práticas de ensino e procedimentos metodológicos, a quebrar paradigmas e a construir novas organizações curriculares voltadas para concepções de aprendizagens como um conjunto de práticas, significados reais e contextualizados, nos quais a ação educativa tenha como meta tentar compreender e modificar situações concretas a partir de vivências reais. Diante do contexto escolar apresentado diagnosticamos dentre os alunos, que muitos ainda apresentam dificuldades em leitura, interpretação e produção textual coerentes, competências e habilidades// pertinentes a idade e série. Sabendo que a grande maioria dos alunos tem famílias que seguem os padrões não mais tradicionais, muitas vezes desestruturadas, moram só com a mãe, ou só com o pai, ou com os avós. Em que podemos então, conferir a realidade de muitas crianças e jovens que após as aulas voltam para as suas casas e ficam vulneráveis à marginalidade. Portanto a preocupação deve ser constante com a permanência e também com o desenvolvimento de todos os alunos de forma a não excluí-los durante o percurso escolar, buscando sempre criar situações de aprendizagem significativas para cada um deles, contribuindo positivamente e efetivamente na sua formação.

**Palavras-Chave:** Educação Integral. Políticas Públicas. Língua Materna. Escola Pública.

---

<sup>1</sup> Professora prestadora de serviços educacionais na rede estadual de Educação no Estado do Mato Grosso. Graduada em Licenciatura Plena em Letras pelo UNIVAG. Pós graduada em Educação Integral pela UFMT e mestranda em Ciências da Educação pela AEBRA.

**Abstract**

In this work, we present the main subsidies for the research of Public Educational Policies in order to analyze the teaching of mother tongue in the elementary school of basic education, used in different contexts, social, economic and cultural, in the whole educational sphere. Starting from the geographical context where the Djalma Ferreira de Souza School is inserted, we can verify that the great majority of the students are residents of the surrounding neighborhoods of the great Morada da Serra. The expansion of the day, in the form of Integral Education, assists educational institutions to rethink their teaching practices and methodological procedures, to break paradigms and to build new curricular organizations focused on learning conceptions as a set of practices, real and contextualized meanings, in which the educational action aims to try to understand and modify concrete situations based on real experiences. In view of the presented school context, we diagnose among the students, who many still present difficulties in reading, interpretation and textual production coherent, competences and abilities // pertinent to age and series. Knowing that the vast majority of students have families who follow the more traditional, often unstructured, patterns, they live only with their mother, or only with their father, or grandparents. In that we can then check the reality of many children and young people who, after school, return to their homes and become vulnerable to marginality. Therefore, the concern must be constant with the permanence and also with the development of all students so as not to exclude them during the course, always seeking to create meaningful learning situations for each of them, contributing positively and effectively in their training.

**Key words:** Integral Education. Public policy. Mother tongue. Public school.

## INTRODUÇÃO

Inicialmente, com este trabalho, pretendemos investigar como se configura a aplicabilidade de Políticas Públicas Educacionais em cumprimento da Constituição Federal – Constituição Cidadã, que garante os direitos, que promova educação voltada à formação para a cidadania.

De acordo com as mudanças ocorridas em decorrência de organização social, política e econômica, as propostas curriculares e os métodos de ensino de Língua Portuguesa tiveram que atender às necessidades e expectativas da atual modalidade de ensino implantada pelo governo estadual do Mato Grosso, através de Secretaria de Educação.

Então, com a proposta de pesquisa, na qual teremos por fim analisar documentos oficiais que subsidiam a implantação da modalidade de ensino integral na escola de ensino fundamental, sendo esta escola piloto em ofertar educação integral em tempo integral. O objetivo da SEDUC-MT por meio de uma organização pedagógica e de gestão compartilhada e integrada, é obter melhorias na proficiência dos estudantes, considerando que o Ensino em Tempo Integral compreende não apenas a permanência do aluno na escola, mas a oferta de oportunidade educacional em período único, com proposta de formação integral e integrada do estudante, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos aspectos socioemocionais, observados os 4 pilares: aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser.

Desde 2016, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc /MT), vem implantando e implementando na rede pública estadual de ensino o Projeto de Educação em Tempo Integral nas Escolas Estaduais. O objetivo é planejar, executar e avaliar um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, direcionadas à melhoria da oferta e da qualidade da educação na rede pública do Estado.

Na sociedade atual, em face às questões contemporâneas, a educação é chamada para cumprir um novo papel, que requer o distanciamento do saber enciclopédico, compartimentalizado de estaque que o passado recente estabeleceu. Para isso, são emergenciais mudanças profundas em termos de currículo, método e gestão, a partir das quais

se construam bases para a educação de qualidade socialmente referenciada, que se estrutura na análise cuidadosa do cenário contemporâneo, em escalas micro e macrossociais.

Nesse cenário a partir de 2017 a Seduc/MT institui o Projeto Escola Plena, vinculado ao Programa Pró-Escolas. O Projeto tem como objetivo central dar condições aos estudantes mato-grossenses para o desenvolvimento pleno de seus projetos de vida.

Em 2018 o Estado já contava com 40 escolas em tempo integral, permanecendo a continuidade da oferta em 2019. Essas escolas trazem em seu cerne os fundamentos de uma escola inclusiva, no sentido pleno da palavra. A Escola Plena atua de forma a garantir educação de qualidade para todos, independentemente de toda e qualquer circunstância que possa acometer a criança, adolescente ou o jovem. Este modelo de Escola se vale de pesquisas para saber quem são os sujeitos que compõem seu grupo para dar-lhes condições para a formação de estudantes autônomos, solidários e competentes.

A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso em atendimento a meta 06 do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005/2014 de 25 de junho de 2014 e meta 16 do Plano Estadual de Educação, Lei nº 10.111 de 06 de junho de 2014, iniciou em 2016 a implantação de Escolas de Tempo Integral no Ensino Médio, por meio de projeto piloto em 02 municípios (Cuiabá e Rondonópolis) com 04 escolas. Em 2017 adere ao Programa de Implementação de Educação em Tempo Integral instituído pelo MEC através da portaria nº 1.145 de 10 de outubro de 2016, em conformidade com a medida provisória nº 746 de 22 de janeiro de 2016, nomeado ESCOLA PLENA. A partir da adesão de 2017 - início de 2018 - abarcada pela Portaria nº 727/2017, a SEDUC-MT implanta oito escolas novas com fomento federal e 17 com fomento estadual. Em 2018, o MEC disponibiliza novo dispositivo de adesão, através da Portaria nº 1.023/2018, onde foram contempladas quatro escolas pelo Programa de fomento. Dessa forma, no total 23 escolas são provenientes do fomento do MEC e 17 mantidas pelo Estado.

Em 2019, das 17 unidades escolares fomentadas pela SEDUC-MT, quatro são exclusivas para Ensino Fundamental e 13 ofertam tanto Ensino Fundamental quanto Ensino Médio. Ademais, há cinco escolas fomentadas pelo MEC que também atendem Ensino Fundamental, dado demanda apresentada pela comunidade escolar.

Para compreender esse estudo, subdividimos o escopo desta pesquisa, em três capítulos:

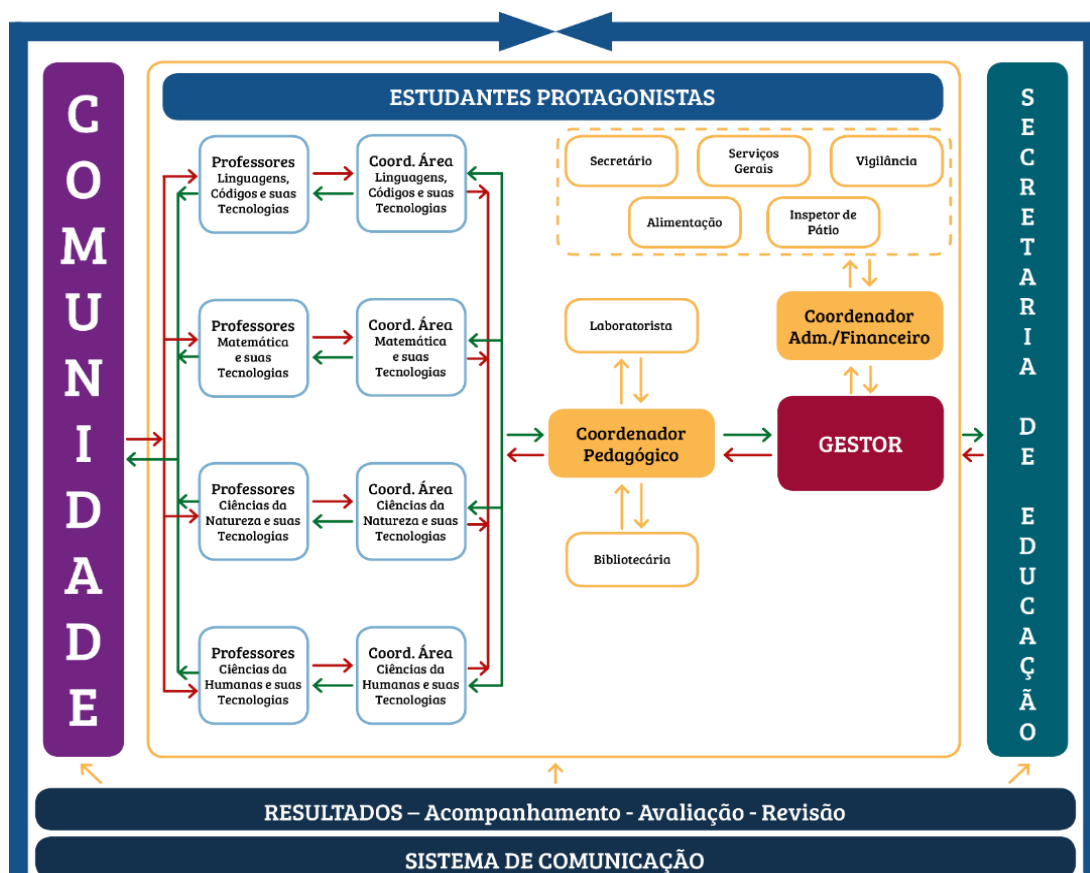
## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 LÓCUS DA PESQUISA**

Partindo do contexto geográfico onde a Escola Estadual Djalma Ferreira de Souza, está à região norte da capital de Cuiabá, que encontra-se localizada no bairro Morada do Ouro, avenida Djalma Ferreira de Souza s/n, CEP 78053-000, no Mato Grosso. A unidade escolar oferta ensino integral em tempo integral para as mais variadas classificações socioeconômicas da cidade. No qual podemos aferir que a grande maioria dos alunos são moradores dos bairros: Dr. Fábio, Primeiro de Março, Novo Horizonte, Planalto, Três Barras, Tancredo Neves, sendo estes bastante carente no requisito de infraestrutura, porém todos circunvizinhos da grande Morada da Serra.

Com a vida cada vez mais atribulada dos pais ou responsáveis, que normalmente permanecem o dia todo no trabalho, a realidade educacional brasileira vem mudando gradativamente. Sem terem com quem deixar seus filhos, precisam procurar por alguma alternativa que garanta segurança e estrutura, sem negligenciar o aprendizado. De olho nesse nicho pra lá de promissor, o governo implantará em muitas escolas, que começaram a oferecer a opção de turno integral, em que os estudantes terão acesso a diversas atividades extracurriculares, a fim de estimulá-los em suas potencialidades. Por essas e outras, o período integral na escola auxilia tanto os pais, que precisam dedicar grande parte do dia ao trabalho, como os alunos, que passam a ter um acompanhamento pedagógico adequado. Com bases nessas perspectivas de formação integral do ser humano, propomos a Educação Integral em Tempo Integral de qualidade, inclusiva que possa garantir aos meninos e meninas do Estado de Mato Grosso o mesmo ponto de partida para a vida em sociedade e como uma potencialidade na formação do ser humano, com bases nas aprendizagens dos conteúdos curriculares tidos como tradicionais (base nacional comum), e também nas perspectivas de uma formação do desenvolvimento humano com temáticas inovadoras e modernas.

Para visualizarmos de forma organizacional o ritmo dinâmico para a melhor funcionalidade, podemos aferir o quadro abaixo:



Tomamos como base para análise de dados, segundo o Censo/2018, que a Escola em estudo oferta período integral, fornece três alimentações escolar para os alunos, sendo lanche no período da manhã, almoço e lanche no período vespertino. Água filtrada, água da rede pública, energia da rede pública, três fossas, lixos destinado à coleta periódica e acesso à internet banda larga.

Também com base nos dados do Censo/2018, as dependências da escola possui dezesseis salas climatizadas, sendo dez salas de aula, uma sala de diretoria, uma sala de secretaria, um laboratório de informática, uma sala de professores, uma sala de coordenação pedagógica/orientação por área, uma quadra de esportes coberta, uma cozinha, um refeitório, uma despensa, uma biblioteca, um banheiro dentro da sala dos professores, dois banheiros masculinos, sendo um para PCD, e dois banheiros feminino,

sendo um PCD, pátio descoberto e conta com cinquenta e um funcionários para subsidiar as funções educacionais.

Sendo o currículo em uma perspectiva crítica aloca questões ligadas diretamente aos problemas sociais do mundo do trabalho, dando condições aos estudantes a pensarem criticamente sobre aspectos da nova ordem mundial e das competências do século XXI, bem como a possibilidade de criticar aspectos considerados como exploradores em torno do mundo atual.

Assim, o currículo das Escolas Plenas questiona o modelo tradicional de ensino e promove a construção de conhecimentos aos estudantes de forma que estes tenham condições de atuar sobre o mundo que vivem. Os conhecimentos passam de mera reprodução para serem problematizados e criadores de espaços tempo de posicionamento dos estudantes sobre quaisquer questões políticas, sociais, culturais, dentre outras.

Então, temos como objeto de pesquisa analisar como são ministradas as aulas de língua portuguesa na modalidade de ensino integral, podendo averiguar o diálogo entre Políticas Públicas Educacionais e Educação Integral em busca de educação de qualidade, através da observação, leitura e interpretação documentais, entrevista, e posteriormente a redação com todos os dados colhidos, e analisados.

## **2.2 PRESSUPOSTOS POLÍTICOS-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Analisando os documentos, entendemos que a Superintendência de Políticas de Educação Básica (SUEB), subordinada à Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais (SAPE), tem como missão zelar pela execução da Política Educacional do Estado de Mato Grosso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacional e Estadual (Art. 60 do Decreto Nº 807/2017, que institui o Regimento Interno da SEDUC).

Considerando, que este orientativo versam sobre as competências da Superintendência da Educação Básica, no que diz respeito a implementar a Política Pedagógica instituída para a Educação e coordenar a execução das Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso, apresentamos este documento com orientações pedagógicas para

todas as unidades escolares do estado. Este orientativo está embasado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), na Resolução Normativa nº002 de 2015 do CEE-MT, que norteará as ações administrativas e pedagógicas das creches e pré-escolas do Estado de Mato Grosso e Resolução nº 02 de 22 de dezembro de 2017 do Conselho Nacional de Educação, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada, obrigatoriamente, ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Com a vida cada vez mais atribulada dos pais ou responsáveis, que normalmente permanecem o dia todo no trabalho, a realidade educacional brasileira vem mudando gradativamente. Sem terem com quem deixar seus filhos, precisam procurar por alguma alternativa que garanta segurança e estrutura, sem negligenciar o aprendizado. De olho nesse nicho pra lá de promissor, o governo implantará em muitas escolas, que começaram a oferecer a opção de período integral, em que os estudantes terão acesso a diversas atividades extracurriculares, a fim de estimulá-los em suas potencialidades. Por essas e outras, o período integral na escola auxilia tanto os pais, que precisam dedicar grande parte do dia ao trabalho, como os alunos, que passam a ter um acompanhamento pedagógico adequado.

A ampliação da jornada, na modalidade de Educação Integral, auxilia as Instituições educacionais a repensarem suas práticas de ensino e procedimentos metodológicos, a quebrar paradigmas e a construir novas organizações curriculares voltadas para concepções de aprendizagens como um conjunto de práticas, significados reais e contextualizados, nos quais a ação educativa tenha como meta tentar compreender e modificar situações concretas a partir de vivências reais. Diante do contexto escolar apresentado diagnosticamos dentre os alunos, que muitos ainda apresentam dificuldades em leitura, interpretação e produção textual coerentes, competências e habilidades pertinentes a série e idade, para qual já deveriam possuir, havendo defasagem intelectual.

Sabendo que a grande maioria dos alunos tem famílias que seguem os padrões não mais tradicionais, muitas vezes desestruturadas, moram só com a mãe, ou só com o pai, ou com os avós. Em que podemos então, conferir a realidade de muitas crianças e jovens que após as aulas voltam para as suas casas e ficam vulneráveis à marginalidade. Portanto a preocupação deve ser constante com a permanência e também com o desenvolvimento de todos os alunos de forma a não excluí-los durante o percurso escolar, buscando sempre criar



situações de aprendizagem significativas para cada um deles, contribuindo positivamente e efetivamente na sua formação.

Uma questão que sempre é colocada à essas políticas públicas educacionais, refere-se a sua extensão, qual é a sua relevância? Trata-se de um projeto especial de tempo integral para algumas escolas ou se trata de uma educação integral como política pública de governo. As instituições de ensino em todas as esferas municipais, estaduais e federais devem fazer a interpretação, analisando e entendendo-a como um princípio orientador do Projeto Eco-Político-Pedagógico de todas as escolas? A educação integral é uma concepção da educação que não se confunde com o horário integral, o tempo integral ou a jornada integral. Alguns projetos de escola de tempo integral surgiram, como é o caso dos Cieps para compensar deficiências do meio familiar, da própria sociedade. Os Cieps foram criados, tanto no Estado quanto no Município do Rio de Janeiro, nas décadas de 1980 e de 1990, como um “Programa Especial de Educação”. Neste caso, o adjetivo “especial” qualifica o tipo de programa implementado com o objetivo de atender crianças provenientes de famílias de baixa renda, sem o qual estariam vulneráveis à exclusão social. O projeto original dos Cieps previa até a construção de residências, na própria escola, para os alunos mais pobres e suas famílias, numa clara confusão entre o papel da escola e as políticas sociais.

A escola não pode fazer tudo o que a sociedade não está fazendo; ela não pode substituir todas as políticas sociais. A escola é cumpridora de leis, que tem como papel fundamental na sociedade o de ler, escrever e ensinar para a vida, de formar cidadãos cumpridores de deveres e com seus direitos garantidos, visando construir e operacionalizar a futura sociedade.

Nesse sentido, Cavaliere acrescenta que a ampliação da jornada escolar fundamenta-se no fortalecimento e ênfase das escolas, como local central no processo de formar os alunos, redimensionando a estrutura escolar, equipando os com profissionais e materiais que ajudam no exercício de novas atividades com o aluno. Essa vivência de experiências de ampliação da jornada de tempo na escola, a autora denominou como “escola de tempo integral”.

(...) a ênfase estaria no fortalecimento da unidade escolar, com mudanças em seu interior pela atribuição de novas tarefas, mais equipamentos e profissionais com formação diversificada,

pretendendo propiciar aos alunos e professores uma vivência institucional de outra ordem. (CAVALIERE, 2009, p. 53).

Considerando, que a Educação em Tempo Integral é uma proposta educativa em sintonia com a vida, que trata do desenvolvimento Intelectual do aluno, para que conheça e valorize a sua história e seu patrimônio cultural e que a família, a comunidade, a sociedade e poder público devem assegurar a efetivação de direitos à educação, à profissionalização, à oportunidades para que desfrute e produza Arte, para que seja cidadão criativo, empreendedor e participante consciente de suas responsabilidades e direitos, capaz de ajudar o País e a humanidade, a respeitar as diferenças e a promover a convivência pacífica e fraterna entre todos. Então podemos averiguar o diálogo entre Políticas Públicas Educacionais e Educação Integral em busca de educação de qualidade

O governo é elaborador por excelência de políticas públicas, *locus* de embates, interesses, prioridades e opiniões na aceção das políticas. Alega que a política pública coloca o governo em ação na proposição de mudanças no curso das próprias ações. Elas são traduzidas nos “propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão os resultados ou mudanças no mundo real” (Souza, 2006, p. 26).

Desse modo, cabe ao Estado através da Secretaria de Educação, fazer cumprir a lei de que (crianças, adolescentes, jovens e adultos) devem ter garantidos os seus direitos de acesso e participação, ou seja, direitos básicos à educação em tudo que diz respeito ao desenvolvimento de suas potencialidades escolares, vindo de encontro as necessidade da sociedade a Educação Integral, então a inclusão deve estimular a cooperação e o respeito à diversidade. Ao vivenciarmos toda essa problemática, a equipe gestora articulou junto à SEDUC MT que implantasse a modalidade de ensino integral na unidade de ensino pesquisada, que contemplados, sendo a escola Piloto em Educação Fundamental Integral. Essa imbricação se dá de maneira articulada entre o governo e a comunidade, em busca de resoluções de conflitos educacionais, conferindo e reafirmando que os desafios em prol da educação de qualidade, são compromisso de todos os cidadãos.

Os profissionais que atuam no contexto da prática não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos [...]. Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que as histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais etc. Além disto, interpretação é uma questão de disputa. Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes. (BOWE et al, 1992, p. 22).

Nesta abordagem, apontam que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, desta forma, o que eles pensam e acreditam ter implicações para o processo de implementação das políticas para a unidade de ensino.

O conceito de educação integral tem uma longa história na área educacional no Brasil. A ideia que traz, é de uma educação com responsabilidades ampliadas, em geral com forte atuação nas áreas da cultura, dos esportes, das artes, ultrapassando a atuação restrita à típica instrução escolar, está presente em programas educacionais.

No modo geral, políticas públicas que tentam dar conta do fracasso escolar, dos problemas de integração social e escolar de determinados grupos sociais, investem mais fortemente numa concepção ampliada de educação escolar. Deste modo, podemos fazer um retrospecto na história da expressão educação integral, no qual lembraremos em longínquas datas os Parques Infantis da cidade de São Paulo, criados por Mário de Andrade, entre 1935/38, e que pretendiam oferecer às crianças pequenas uma educação “não-escolar”; o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, criado em 1950, na capital da Bahia, por Anísio Teixeira, para propiciar às crianças das classes populares acesso à “Escola Parque” e ao seu conjunto de atividades complementares às “Escolas Classe”; os CIEPs, criados por Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro, entre 1985 e 1994, que eram escolas de horário integral.

Segundo a Resolução do Conselho Nacional de Educação, de 2010, no ensino integral o estudante deve ter acesso a experimentação científica, cultura, artes, esporte, lazer, tecnologias de comunicação, direitos humanos, preservação do meio ambiente, saúde, entre outros. Trazendo no:

Art. 36 Considera-se como de período integral a jornada escolar que se organiza em 7(sete) horas diárias, no mínimo, perfazendo uma carga horária anual de, pelo menos, 1.400(mil e quatrocentas) horas. Parágrafo único. As escolas e, solidariamente, os sistemas de ensino, conjugarão esforços objetivando o progressivo aumento da carga horária mínima diária e, conseqüentemente, da carga horária anual, com vistas à maior qualificação do processo de ensino-aprendizagem, tendo como horizonte o atendimento escolar em período integral.

Art. 37 A proposta educacional da escola de tempo integral promoverá a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis.

O Governo Federal auxilia o estado na aplicação de recursos. Neste sistema de ensino de período integral os estudantes recebem três alimentações diárias (café da manhã, almoço e lanche) e passam a ter um acompanhamento mais próximo dos professores por meio de Tutoria e Estudo Dirigido para aprofundamento do conteúdo ofertado em sala de aula.

Esse modelo de escola, pautado no Protagonismo Juvenil, é uma referência, pois abre espaço para a atuação do jovem no ambiente escolar, tornando-o a figura central da escola. O estudante participa das decisões, o que proporciona o desenvolvimento de um perfil de liderança e responsabilidade, visto que caberá a ele/ela refletir sobre seu próprio ensino e espaço de interação.

Nas Escolas Plenas temos as Disciplinas Eletivas, as quais são criadas pelos próprios educadores da unidade de Ensino que elencam os conteúdos e habilidades das disciplinas da

Base Nacional Comum Curricular voltados aos interesses dos alunos, que têm a possibilidade de escolher quais disciplinas irão cursar semestralmente. As Eletivas são elaboradas com fundamentação teórica, visando trabalhar de forma interdisciplinar com caráter teórico e prático e voltado à experimentação. A redução dos índices de evasão escolar é uma das principais finalidades da implantação deste modelo de ensino.

A iniciativa busca o desenvolvimento do estudante, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos aspectos sócio emocionais, pautada por uma filosofia na qual o homem é sujeito da sua história, intervindo na realidade e no seu contexto social.

Observando e abstraindo conceitos de como são relacionada os componentes curriculares, que compõem a grade curricular.

### Ensino Fundamental – 6º ao 9º Ano

#### (3ª Fase do 2º Ciclo e 3º Ciclo)

BASE COMUM					
Componentes Curriculares		Anos			
		6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>
Linguagens	Língua Portuguesa	5	5	5	5
	Arte	1	1	1	1
	Educação Física	2	2	2	2
	LEM (Inglês)	2	2	2	2
Matemática	Matemática	5	5	5	5
Ciências da Natureza	Ciências	3	3	3	3
Ciências Humanas	História	3	3	3	3
	Geografia	3	3	3	3
Ensino religioso	Ensino religioso (Optativo)	1	1	1	1
<b>TOTAL DE AULAS</b>		25	25	25	25
BASE DIVERSIFICADA	Disciplinas Eletivas	2	2	2	2
	Iniciação Científica	1	1	1	1
	Avaliação Semanal	1	1	1	1
	Protagonismo Estudantil	1	1	1	1
	Prática Esportiva	2	2	2	2

	Projeto Educativo Cultural	2	2	2	2
	Estudo Aplicado de Língua Portuguesa	2	2	2	2
	Estudo Aplicado de Matemática	2	2	2	2
<b>TOTAL DE AULAS</b>		13	13	13	13
<b>Total Geral da carga Horária:</b>		38	38	38	38

Percebemos que no fundamental, o modelo está organizado por ciclo tendo como referência a matriz curricular com a base nacional comum em consonância com a parte diversificada, regimento interno da unidade e projeto político pedagógico (PPP).

Para compreendermos a distribuição e atribuição do componente curricular, sendo que a eletiva é constituída por professores que juntamente com os alunos, elaboram o tema. A partir da geração do tema sugerido pelos próprios alunos, o professor se apropria da ideia e desenvolve, buscando os referencias teóricos que darão suporte teórico para o assunto. A equipe pedagógica marca uma data no dia da aula da eletiva e os alunos visitam os “stand” do feirão onde estão sendo exposto uma previa do que será ofertado com aquele grupo de professores. Ao total são dez eletivas, com temas diferentes, no qual além do estudo teórico, terá também ações práticas e no final do semestre ocorrerá a culminância para o fechamento dessa atividade, pois para o próximo semestre ocorrerão outras eletivas.

Sabe-se que não é fácil para muitos professores, a desconstrução (des)naturalização de conceitos e práticas pedagógicas, mas é preciso estabelecer objetivos coletivos, afim de beneficiar à todos. Foucault afirma, que “onde há poder, há resistência” e podemos visualizar que a desconstrução de conceitos, práticas e metodologias ultrapassadas, não é fácil, pois fomos doutrinados a uma educação tradicional. E que não se aplica a essa modalidade de ensino, visto que trabalhar a plenitude do sujeito requer um desprendimento do professor, em especial ao profissional que ministra a língua portuguesa para crianças que muitas vezes encontram se em defasagem. A inquietação que motiva essas críticas deverá ser cotejada com um segundo deslocamento ocorrido no interior da própria pratica. Fazendo uma leitura no texto de Foucault, partir da publicação de “A vontade de saber”, as análises sobre os

mecanismos da normalização disciplinar serão integradas no interior de uma rede de inteligibilidade mais ampla. Então, o profissional deve buscar mecanismo que venha dar suporte para que de fato ele ensine os objetos de conhecimento e que este seja relevante para a vida do estudante.

### **3. Resultado**

Está pesquisa nos possibilitou verificar como de fato a escola se organizou e como a determinação em construir um novo paradigma para a educação integral está se consolidando, criando condição para que o modelo desenvolvido pelo projeto piloto “sirva” ao modelo pedagógico, implicando em processos que necessariamente levaram a escola a gerar os resultados comprometidos com o objetivo da escola, portanto, fala-se não apenas de cumprimento de preceitos legais, mas de envolvimento numa perspectiva que eleva os profissionais da escola a uma condição de corresponsabilidade, não apenas pelo projeto escolar, mas pela própria realização do Projeto de Vida dos estudantes, no qual todos se reconhecem fundamentais para a sua constituição. Portanto, ao mesmo tempo em que se reconhecem valorizados pela estatura da sua tarefa educativa, sentem-se igualmente comprometidos à realizá-la.

Então, esboçaremos as observações interpretadas como desafio para entender como se dá o ensino de Língua Portuguesa, sendo está a extensão social dos mais variados meios de comunicação. Visto que, em decorrência dos avanços tecnológicos das últimas quatro décadas os indivíduos estão cercados, por todos os lados, pela força de predomina no mundo dos meios de comunicação, força essa que motiva as diretrizes da vida, que impulsiona, que faz aparecer interesses e necessidades. As aulas de leitura tiveram o doce sabor de experimentação de coisa boa e nova. Em respeito às peculiaridades dos alunos, os ambientes foram preparados, os materiais selecionados e a forma de solicitação das devolutivas, diferenciadas, a fim de promover maiores e melhores interações. A grande diferença do trabalho reside no fato de que existe enorme diferença entre o simples ato de pedir aos estudantes que leiam, e envolvê-lo no mundo da leitura. As aulas se tornaram muito mais agradáveis quando ocorreram num ambiente mais harmonioso. Levamos tapetes, almofadas, fantoches, baús de leitura,

indo para os quintais, pátio, sala de vídeo, sala de informática, aula de campo, aula compartilhada entre componentes curriculares de outra área do conhecimento. Nos demos ao prazer de sentar, compartilhar, deitar e explorar o gosto gostoso de ler por puro divertimento, na sala, na quadra, no pátio, em que todo ambiente foi transformado afim de possibilitar a apropriação, interação e o compartilhamento de informações relevantes para a vida de cada aluno e até mesmo para o crescimento profissional do professor, que pode se despiu de preceitos tradicionais e lançou voo, abraçando uma metodologia que transcende e quebra os paradigmas. E como foi enriquecedor conferir essa metamorfose! O material selecionado para as aulas de leitura e escrita foi cuidadosamente pensado a fim de promover maior prazer e se integrar ao cotidiano dos alunos, despertando-lhes maior interesse. As aulas contaram com exibição de vídeos, leitura de textos, discussões, exploração de talentos e direcionamentos na construção dos trabalhos, bem como de dramatizações, curta metragem, vídeos simples, volgls, E-zines, Playlist, Fanfiks, Podcasts, Booktuber, Vídeo-minuto, Facebook, Whatsapp, Instagram, Twitter e Youtube.

E, nesse campo, os veículos de comunicação marcam presença: seja pelo número de horas absorvidas pela assistência aos programas de TV, seja pela gama infindável de opções no campo das publicações. O trabalho do professor de Língua Portuguesa ganha realce em face à essa situação, visto o aluno precisar adaptar-se criticamente a ela, desenvolvendo a capacidade de maior compreensão dessas formas de comunicação e evitando ser um receptor passivo: ele precisa discutir a mensagem postando-se ativamente diante das situações criadas, para essa intervenção o professor possibilita situações de oralidade com aula dialogada, webconferência, mensagem gravada, spot de campanha, jingle, seminários, debates, programa de rádio, entrevista, declaração de poema com ou sem efeitos sonoros, peças teatrais, apresentação de cantigas e canções, sarau interativo, playlist comentada de música, vlog de game, contação de história, diferentes tipos de podcasts, dentre outras.

Na execução da atividade pratica da escrita é abordada de forma integradora, subsidiando a dimensão discursiva, ou seja, enquanto o produto da interação social, mas a produção de textos aparecia como um conteúdo essencialmente procedimental, demandando uma metodologia adequada à aprendizagem desse saber fazer e saber ser, pois é neste mesmo momento que o aluno toma o turno da fala, do protagonismo estudantil, sendo a vivencia real no momento à situação de comunicação, o interlocutor, a variação linguística em que está inserido.

A leitura digital entra em cena com os textos multimodais, nos quais são trabalhadas as habilidades de leitura, escuta ativa, como um comportamento necessário à interpretação de textos orais, nas quais as produções escrita e a audiovisual interagem. Visto que ao fim do Ensino Fundamental, os alunos precisam estar capacitados a ler, compreender e criticar essas produções

#### **4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS**



O ensino de Língua Portuguesa, sem dúvida, tem representação bastante preocupante, quando analisamos o resultado dessas avaliações externas, como, sendo problema constante para muitos professores da área nas escolas de ensino básico, pois o reflexo é muito negativo. Alguns professores, diante das constantes e reiteradas críticas ao ensino de língua materna que muito provavelmente ocorram por conta dos resultados pouco satisfatórios das avaliações oficiais sobre o desempenho dos estudantes sentem-se desorientados sobre o que fazer em sala de aula. E as vezes o desespero é tal que os professores acabam não conseguindo fazer a intervenção adequada ou que seja significativa para o diminuir ou sanar a problemática visualizada.

Essa preocupação não é nova, mas bastante atual, sendo imposta pela recorrência em discussões e críticas nos resultados que avaliam em que níveis intelectuais estão os alunos da rede pública de ensino. Por esta relevância, o ensino tradicional de Língua Portuguesa, em nível básico, não tem suprido as exigências que se impõem aos mato-grossenses.

## **REFERENCIAS**

CAVALIERE, A. M. **Notas sobre o conceito de educação integral.**

In: COELHO, L. M. (Org.). **Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo.** Petrópolis: Faperj, 2009.

In: CAVALIERE, A. M. e COELHO, L. M. C. **Educação brasileira e(m) tempo integral.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. **Escola pública de horário integral: um tempo (fundamental) para o ensino fundamental.**

In: ABRAMOVICZ, Anete e MOLL, Jaqueline. **Para além do fracasso escolar.** Campinas, Papirus, 1997. p. 191-208.

MEC. **Ensino Fundamental de nove anos.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2004.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa,** São Paulo: Paz e terra, 1996.

VYGOTSKY, **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores,** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**

Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica, 2010, 2011, 2012, 2013.

Brasília, DF, 2010. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>